

**ATA**

Aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezassete, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Vice - Presidente da Câmara – Amadeu Artur Matos Portilha - e Vereadores – Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceram o Presidente da Câmara e a Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, cujas faltas foram consideradas justificadas. -----

Secretariou a Diretora de Departamento, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Vice-Presidente da Câmara informou que o Presidente da Câmara se encontrava em Lisboa onde iria desenvolver reuniões com o IP – Infraestruturas de Portugal, S.A. -----

Informou, ainda, que a próxima reunião de Câmara se realizará no dia 7 de setembro, no mesmo local e à mesma hora, em virtude do período de férias, considerando-se todos os membros presentes devidamente convocados. -----

-----**INTERVENÇÕES**-----

1. Vereador André Coelho Lima – Perguntou qual a razão que levou a Câmara Municipal a decidir o local para a instalação das diversões das Festas Gualterianas de 2017, recordando que no ano anterior este local foi escolhido em virtude das obras que estavam em curso no Largo das Hortas. -----

2 – Vereador José Torcato Ribeiro – a) – Referiu uma questão relacionada com a devolução de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) a munícipes que o requereram ao abrigo da lei, tendo recordado as decisões que foram sendo tomadas sobre o assunto. Assim, quis saber o motivo pelo qual se verifica este atraso; **b)** - Recordou a necessidade de agilizar os processos de licenciamento nas áreas protegidas, designadamente no Centro Histórico, referindo que têm surgido com frequência queixas sobre a morosidade dos procedimentos, exemplificando com um processo na Rua da Liberdade que, aparentemente, é simples e está a demorar muito tempo. Assim, perguntou se havia a noção do tempo que demora a análise e decisão dos processos de licenciamento. -----

3 – Vice-Presidente da Câmara – Passou a palavra aos Vereadores José Bastos e Ricardo Costa para darem explicações, respetivamente, quanto aos locais das diversões das Festas Gualterianas e quanto à devolução de IMT. Sobre o licenciamento disse que iria igualmente passar a palavra ao Vereador José Bastos no que toca aos processos do Centro Histórico aproveitando para dizer que tem a convicção profunda de que no último mandato foram dados passos muito importantes para agilizar os processos na área de licenciamento. As equipas técnicas têm prazos estabelecidos para responder aos pedidos de licenciamento. Referiu, ainda, a desmaterialização dos processos que faz com que, por vezes, o munícipe facilite e não apresente todas as peças processuais necessárias para um despacho técnico em conformidade. Por último, referiu os processos do Centro Histórico que, por força das circunstâncias exigem um trabalho aturado que nem sempre é compatível com as expectativas de licenciamento dos munícipes. -----



4 – Vereador José Bastos – a) - Sobre os divertimentos das Festas Gualterianas explicou que se manteve o mesmo local do ano passado em virtude de, por um lado, a constatação de que os divertimentos instalados na plataforma superior junto ao Teleférico da Penha funcionou muito bem na perspetiva de que se conseguiu fazer a ligação entre as vendas ambulantes que decorrem nos quatro dias das Festas e os divertimentos, criando uma complementaridade em que cada uma das áreas possa funcionar como atrativo para o todo. Por outro lado, referiu que a escolha de local permite aproveitar uma área significativa do Largo das Hortas para zona de estacionamento de apoio aos divertimentos e àqueles que por esta ocasião se dirigem para a cidade. Por último, disse ter sido melhorada a área de instalação de divertimentos com o tapete betuminoso, regularização do terreno e colocação de casa de banho, criando, assim, as condições necessárias para comerciantes e visitantes; **b)** - Sobre o licenciamento de obras nos prédios do Centro Histórico e da área protegida, referiu os cuidados especiais que é preciso ter nestes processos. Disse que importa salvaguardar o cuidado especial que é necessário ter nesta zona sensível, quer no centro histórico quer na zona especial de proteção. Continuou, dizendo que os processos têm um tempo mais prolongado por razões várias e pelas especificidades, exemplificando com pedidos de isenção de projetos de especialidade, que têm que ser devidamente avaliados e enquadrados legalmente. Por outro lado, disse que se verifica uma demora prolongada na entrega de alterações ou informações complementares da parte dos requerentes, quando tal lhes é solicitado pelos técnicos camarários. Assim, recomendou que os requerentes (proprietários, arrendatários, etc.), contactem os Técnicos da Divisão do Centro Histórico de modo a serem

aconselhados no âmbito do processo em causa. Por último, garantiu que os prazos têm vindo a diminuir por força das alterações introduzidas e muitos atrasos decorrem da não aceitação das normas construtivas da parte dos promotores que não querem alterar o seu projeto em função das premissas que estão aprovadas pelo Regulamento do Centro Histórico, que necessita de ser alterado e adaptado em função de um conjunto de circunstâncias que têm a ver com a evolução dos tempos. -----

5 – Vereador Ricardo Costa - Sobre a devolução do IMT recordou dois processos que estão em tramitação e que irão oportunamente ser submetidos à Câmara e à Assembleia Municipal. Explicou as dificuldades que estes processos suscitam, visto que a decisão final compete ao Serviço de Finanças. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. De terem sido atribuídas à Câmara Municipal de Guimarães pela UM-Cidades, uma plataforma da Universidade do Minho, duas distinções no concurso “Municípios do Ano Portugal 2017” no âmbito da implementação do sistema Payt no Centro Histórico de Guimarães, designadamente, o prémio de Melhor Município Norte e Melhor Município do Ano em Portugal, tendo a cerimónia de entrega decorrido no Fundão. -----

2. Da assinatura, esta quinta-feira, 3 de agosto, a partir das 14:30 horas, em Oliveira do Hospital, do protocolo para a criação de uma Equipa de Sapadores Florestais em Guimarães, na sequência de uma decisão do Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta, numa cerimónia que contará com a presença do Primeiro-Ministro, António Costa. Informou, ainda, da celebração de um protocolo entre a Câmara Municipal de Guimarães e a Associação dos Silvicultores do Vale do Ave (ASVA), no âmbito da Estratégia Nacional para as Florestas e no dispositivo da Defesa da



Floresta Contra Incêndios Florestais. -----

-----**VOTO DE PESAR**-----

O Presidente da Câmara submeteu à consideração dos presentes a votação de um Voto de Pesar, de acordo com o texto que a seguir se transcreve, o que foi aceite por unanimidade: **VOTO DE PESAR – JÚLIO DA SILVA SAMPAIO** - “Foi com profundo pesar que tomámos conhecimento do falecimento de Júlio da Silva Sampaio, fundador da Confeções Cruzeiro e cidadão emérito do nosso Concelho. A uma carreira empresarial de reconhecido sucesso, Júlio da Silva Sampaio juntou uma permanente disponibilidade para se envolver, ao mais alto nível de responsabilidade, nas instituições culturais, sociais e desportivas de Moreira de Cónegos. Sócio Honorário do Centro Cultural e Recreativo de Moreira de Cónegos e da Banda Filarmónica de Moreira de Cónegos, foi fundador e presidente do Conselho Fiscal do Centro Paroquial de Moreira de Cónegos, patrono da Biblioteca de Moreira de Cónegos e membro dos órgãos sociais da Cooperativa A Elétrica de Moreira de Cónegos. Foi benemérito disponível e solidário de muitas outras instituições de Moreira de Cónegos. Presidiu ao conselho fiscal do Moreirense FC até à sua morte. Deixa à sua comunidade os atuais 170 postos de trabalho das Confeções Cruzeiro e um longo percurso associativo e de beneficência que evidenciou o seu apurado sentido de responsabilidade social, o seu empenho na participação cívica e o seu amor a Moreira de Cónegos e a Guimarães. Em nome do Município apresento à Família enlutada as nossas sentidas condolências, expressas neste Voto de Pesar aprovado unanimemente pela Câmara Municipal de Guimarães na sua reunião de 3 de agosto de 2017. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 20 DE JULHO DE 2017. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS - EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO JORDÃO E GARAGEM AVENIDA PARA ESCOLA DE MÚSICA E ARTES PERFORMATIVAS E VISUAIS – ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DE PROCEDIMENTO – RATIFICAÇÃO - Presente, para ratificação, o despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 14 de julho de 2017, que concordou com a informação do júri respeitante à alteração das peças de procedimento no âmbito do procedimento em epígrafe, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de ter participado na elaboração do projeto desta obra, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação.** -----

OBRAS PÚBLICAS – EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO JORDÃO E GARAGEM AVENIDA PARA ESCOLA DE MÚSICA E ARTES PERFORMATIVAS E VISUAIS - ESCLARECIMENTOS E PRORROGAÇÃO DE PRAZO – RATIFICAÇÃO – Presente, para ratificação, o despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 14 de julho de 2017, que concordou com a informação do júri respeitante ao pedido de esclarecimentos no âmbito do procedimento em epígrafe, que se



dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de ter participado na elaboração do projeto desta obra, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação. -----**

OBRAS PÚBLICAS – CONCESSÃO DA CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DO CREMATÓRIO DE GUIMARÃES – MEMBROS DO JÚRI

- Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 25 de julho de 2017, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “Os elementos do júri do presente procedimento em número de 5 (3 efetivos e 2 suplentes) foram designados por deliberação de Câmara de 27 de abril de 2017, aquando da abertura do procedimento. Constata-se, porém, que na presente data se encontram em gozo de férias 3 desses elementos, o que invalida a constituição de um júri com 3 elementos efetivos. Assim, para que o júri possa funcionar com os 3 membros obrigatórios por lei, proponho que seja designada a Eng.^a Maria Fernanda Fernandes Castro, para integrar aquele júri, até ao regresso dos membros do júri inicialmente designado.”

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – REPERFILAMENTO DA EM 582 – RESPOSTA A ESCLARECIMENTOS – RATIFICAÇÃO

- Presente, para ratificação, o despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 14 de julho de 2017, que concordou com a informação do júri respeitante ao pedido de esclarecimentos no âmbito do procedimento em epígrafe, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS - ILUMINAÇÃO LED NA REDE DE IP – INDEFERIMENTO DA RECLAMAÇÃO

– Presente a seguinte informação: “Na sequência da abertura do procedimento de “Iluminação Led na rede IP” e após comunicação da adjudicação, que ocorreu por deliberação da Câmara Municipal, tomada na sua reunião de 22/06/2017, os concorrentes “Cunha Bastos, Lda.” e “Siemens, S.A.” apresentaram as respetivas impugnações administrativas ao abrigo do disposto no artigo 267.º do Código dos Contratos Públicos. As referidas impugnações administrativas foram indeferidas pela Câmara Municipal, por deliberação proferida em reunião de 20/07/2017. A “Cunha Bastos, Lda.” foi notificada da deliberação que indeferiu a sua impugnação administrativa, tendo apresentado, no dia 26/07/2017, uma “Reclamação” (Doc.1) contra esse indeferimento, na qual contesta os fundamentos pelos quais essa decisão foi proferida, pedindo novamente a anulação do ato de adjudicação. Constando-se que o concorrente “Cunha Bastos, Lda.” reclama de ato que decidiu a sua anterior reclamação, por discordar dos fundamentos desse ato e não por omissão de pronúncia, tem aplicação o disposto no artigo 191.º, n.º 2, do CPA, segundo o qual *“Não é possível reclamar-se do ato que decida anterior reclamação ou recurso administrativo, salvo com fundamento em omissão de pronúncia”*. Pelo exposto, a reclamação da “Cunha Bastos, Lda.” deverá ser indeferida.” O referido documento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, INDEFERIR A IMPUGNAÇÃO APRESENTADA, NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO PRESTADA.**

FREGUESIAS - FREGUESIA DE BARCO – OBRAS DE ALARGAMENTO, CONSTRUÇÕES DE PASSEIOS E REDE DE



ÁGUAS PLUVIAIS E PAVIMENTAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “Pretende-se executar trabalhos de alargamento, construção de passeios e rede de drenagem de águas pluviais da Rua de S. Martinho, tendo a Junta de Freguesia solicitado a atribuição de uma verba para o efeito. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos necessários a executar no local em causa, estimando uma despesa no valor total de €137.406,93, com IVA incluído à taxa legal em vigor. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos e o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a atribuição à Freguesia de Barco de uma verba no valor de €137.406,93, destinada às obras acima identificadas, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências em anexo.” A minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE INFANTAS – PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DA RUA DO FREIXIEIRO – Presente a seguinte proposta: “Pretende-se executar trabalhos de pavimentação e construção de rede de drenagem de águas pluviais da Rua do Freixieiro, tendo a Junta de Freguesia solicitado a atribuição de

uma verba para o efeito. Nesta sequência, a Junta de Freguesia apresentou orçamento dos trabalhos a executar no local em causa, no valor total de €18.430,75, com IVA incluído à taxa legal em vigor, orçamento que foi analisado e validado pelo Departamento de Obras Municipais. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a atribuição à Freguesia de Infantas de uma verba no valor de €18.430,75, destinada às obras acima identificadas, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências em anexo.” A minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS - FREGUESIA DE PRAZINS SANTA EUFÉMIA –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA A CONCLUSÃO DOS
TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO DE CASA MORTUÁRIA –**

Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Prazins Santa Eufémia solicitou o apoio da Câmara Municipal para a construção de uma Casa Mortuária, apresentando, para o efeito, um orçamento no valor de €128.414,28, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, orçamento que foi analisado e validado pelo Departamento de Obras Municipais. Em 11 de maio de 2017 a Câmara Municipal deliberou a atribuição de um subsídio para este



efeito no valor de 50.000,00 euros, posteriormente sancionado em sessão da Assembleia Municipal realizada em 26 de maio de 2017. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, um reforço do apoio concedido à Freguesia de Prazins Santa Eufémia, mediante a atribuição de um subsídio extraordinário no valor de €50.000,00, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A Minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANDE VILA NOVA E SANDE S. CLEMENTE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA ESCOLA DE VIEITE EM SANDE S. CLEMENTE – Presente a seguinte proposta: “A União de Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a realização de obras de requalificação e adaptação do edifício da antiga Escola Básica de Vieite em Sande S. Clemente, o qual pretendem ceder ao Agrupamento local do Corpo Nacional de Escutas, através da celebração de um contrato de comodato, para ser utilizado como albergue e para realização das suas atividades bem como das de outras instituições da Freguesia, apresentando para o efeito um

orçamento no valor de €37.472,50, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, orçamento que foi analisado e validado pelo Departamento de Obras Municipais. Assim, tendo em conta o interesse público inerente à mencionada intervenção, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à União de Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente, através da atribuição de um subsídio no valor de €39.720,85, valor com IVA incluído à taxa legal, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A Minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS - UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANDE VILA NOVA E SANDE S. CLEMENTE – REGULARIZAÇÃO DO PAVIMENTO E DOS PASSEIOS COM CONSTRUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DA RUA DE SOUTO –

Presente a seguinte proposta: “Pretende-se executar trabalhos de regularização do pavimento, com levantamento e aplicação do cubo de granito, demolição e reconstrução do pavimento dos passeios existentes e construção de rede de drenagem de águas pluviais da Rua do Souto, tendo a Junta de Freguesia solicitado a atribuição de uma verba para o efeito. Nesta sequência, a Junta de Freguesia apresentou orçamento dos trabalhos a executar no local em causa, no valor total de €38.483,83, com IVA incluído à taxa



legal em vigor, orçamento que foi analisado e validado pelo Departamento de Obras Municipais. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a atribuição à União de Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente de uma verba no valor de €38.483,83, destinada às obras acima identificadas, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências em anexo.” A minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE PENCELO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA OS TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO DA CASA MORTUÁRIA – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Penselo pretende proceder à construção de uma Casa Mortuária, tendo solicitado o apoio da Câmara Municipal. Para o efeito apresentou um orçamento no valor de €148.786,30, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, orçamento que foi analisado e validado pelo Departamento de Obras Municipais. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a atribuição à Freguesia de Pencelo, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €157.713,49, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1

do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo A Minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE SERZEDELO – REPARAÇÃO DOS PARQUES INFANTIS DA EIRINHA E PORTELINHA –

Presente a seguinte proposta: “Pretende-se executar trabalhos de reparação dos parques infantis da Eirinha e da Portelinha, na Vila de Serzedelo, tendo a respetiva Junta de Freguesia solicitado a atribuição de uma verba para o efeito. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos necessários a executar no local em causa, estimando uma despesa no valor total de €16.775,91, com IVA incluído à taxa legal em vigor. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos a realizar e o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a atribuição à Freguesia de Serzedelo de uma verba no valor de €16.775,91, destinada às obras acima identificadas, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências em anexo.” A minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de



Competências dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANDE S. LOURENÇO E BALAZAR – PAVIMENTAÇÃO DA URBANIZAÇÃO DO GARRIM – Presente a seguinte proposta: “Pretende-se

executar trabalhos de pavimentação da Urbanização do Garrim, tendo a Junta de Freguesia solicitado a atribuição de uma verba para o efeito. Na sequência do solicitado, os serviços do Departamento de Obras Municipais procederam ao levantamento dos trabalhos a executar no local, estimando-se um investimento no valor total de €18.845,15, com IVA incluído à taxa legal em vigor. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a atribuição à União de Freguesias de Sande S. Lourenço e Balazar de uma verba no valor de €18.845,15, destinada às obras acima identificadas, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências em anexo.” A minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE SELHO S. CRISTÓVÃO –

ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA REPARAÇÃO DE TANQUES

PÚBLICOS – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Selho S. Cristóvão pretende proceder à reparação dos tanques públicos existentes na freguesia, nomeadamente o Tanque de Pontido, Tanque da Muda e Tanque da Rua Senhoras do Monte, tendo solicitado o apoio da Câmara Municipal. Para o efeito apresentou um orçamento no valor de €7.818,56, com IVA incluído à taxa legal em vigor, orçamento que foi analisado e validado pelo Departamento de Obras Municipais. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a atribuição à Freguesia de Selho S. Cristóvão, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €7.818,56, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A Minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE SANDE S. MARTINHO – PAVIMENTAÇÃO DE BAINHA DE ESTACIONAMENTO JUNTO À

E.N. 101 – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Sande S. Martinho pretende proceder à pavimentação da bainha de estacionamento junto à E.N. 101, em cubo de granito à fiada de 11X11, tendo solicitado o apoio da Câmara Municipal. Para o efeito os serviços do Departamento de Obras Municipais procederam ao



levantamento dos trabalhos necessários a realizar no local, estimando-se uma despesa total no valor de €9.508,20, com IVA incluído à taxa legal em vigor. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a atribuição à Freguesia de Sande S. Martinho, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €9.508,20, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A Minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE PINHEIRO – DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS RUA ARCAS – RATIFICAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Pinheiro solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução da rede de drenagem de águas pluviais na rua das Arcas, nomeadamente a cedência dos materiais necessários. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando um investimento no valor de €632,96 (Iva incluído) referente aos materiais, manifestando disponibilidade dos seus serviços para a execução dos trabalhos, nomeadamente no que diz respeito quer à aquisição do material quer à disponibilização do equipamento e mão-de-obra da Divisão de Administração Direta, necessários para o efeito, correspondendo à requisição nº 5094/2017. Assim, tendo em

conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público de que as obras referidas se revestem para a freguesia, submete-se à ratificação do Executivo Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio a conceder à Freguesia de Pinheiro, através das despesas a efetuar pela Divisão de Administração Direta, cujo montante total importa em 632,96€, correspondente à despesa de aquisição dos materiais, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

URBANISMO - NOVO CEMITÉRIO DE BRITEIROS SANTO ESTEVÃO - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO PARA EFEITOS DE INSTRUÇÃO DE PEDIDO DE INUTILIZAÇÃO DE SOLO AGRÍCOLA JUNTO DA RESPECTIVA ENTIDADE TUTELAR –

Presente a seguinte informação do Diretor de Departamento de Urbanismo e Promoção de Desenvolvimento: “Refere-se a presente informação técnica ao pedido de reconhecimento de interesse público (apresentado pela União de Freguesias de Briteiros Santo Estevão e Donim) relativo à construção do (novo) cemitérios de Briteiros Santo Estevão para efeitos de instrução de processo de inutilização de solo agrícola junto da respetiva entidade tutelar. O pedido formulado apoia-se em estudo preliminar elaborado pela divisão de urbanismo (**anexo 1**), o qual suportou a realização de vistoria prévia ao terreno (de parecer favorável e coordenação por parte da CCDRn). Da análise do solicitado, verifica-se que: 1. A capacidade física do atual cemitério afigura-se muito reduzida. Em função das dificuldades e complexa disponibilização do terreno adjacente ao atual cemitério – terreno identificado para ampliação do cemitério, num primeiro



momento, pelo plano diretor municipal, foi ponderada uma outra localização do cemitério; 2. Perante a localização próxima do atual cemitério e igreja paroquial, bem como oportunidade que se abre para a requalificação urbanística de parte da área central da freguesia, foi ponderada uma outra localização que obedece a estes mesmos critérios de proximidade, centralidade e requalificação; 3. O terreno em causa, referenciado ao estudo realizado, apresenta-se infraestruturado, de dimensão generosa, abrindo possibilidade de gerar novo equipamento com áreas complementares de estacionamento e verde (que favoreçam o centro de Briteiros Santo Estevão); 4. O terreno em causa reúne já parecer favorável resultante da vistoria prévia realizada ao terreno (**anexo 2**). Assim, e face ao exposto, para efeitos de instrução do pedido de inutilização de solo agrícola a apresentar junto da entidade tutelar, entende-se reunidas as condições necessárias para submeter à consideração superior o reconhecimento do interesse público para a construção do novo cemitério de Briteiros Santo Estevão no terreno identificado para o efeito. À consideração superior.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

REGULAMENTOS - INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE REVISÃO DO REGULAMENTO INTERNO DE FARDAMENTOS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL –

Presente a seguinte informação: “Por deliberação da Câmara Municipal datada de 18 de novembro de 2010, foi aprovado o Regulamento Interno de Fardamentos e Equipamentos de Proteção Individual. A experiência entretanto recolhida, a necessidade de reforçar as medidas de proteção da saúde e de segurança dos trabalhadores e a melhoria dos níveis de proteção e prevenção de riscos na

utilização dos equipamentos aconselham a revisão do regulamento, sendo ainda de proceder, caso se justifique, a outras alterações que se revelem adequadas à sua exequibilidade. Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com a al. k) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2015, de 12 de setembro, o órgão competente para decidir desencadear o procedimento é a Câmara Municipal. Assim, proponho que a Câmara Municipal aprove: a) A abertura do procedimento tendente à revisão do Regulamento Interno de Fardamentos e Equipamentos de Proteção Individual da Câmara Municipal de Guimarães. b) Que, sem prejuízo da audição e participação das associações sindicais representadas na autarquia, a publicitação da iniciativa procedimental seja efetuada no sítio institucional do Município, devendo os interessados constituir-se como tal, no procedimento, no prazo de 10 dias úteis contados da data daquela publicitação, com vista a apresentar os seus contributos para a elaboração dos mencionados Regulamentos. c) Que a apresentação dos contributos para a elaboração do regulamento deve ser formalizada por escrito em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

REGULAMENTOS – INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO DE MOBILIDADE INTERNA DE RECURSOS HUMANOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, prevê a possibilidade de ser efetuada mobilidade dos trabalhadores, em caso de conveniência para o interesse público, designadamente quando a economia, a eficácia e a eficiência dos órgãos ou serviços o imponham. A mobilidade é um mecanismo de



gestão de recursos humanos que visa responder às expectativas dos trabalhadores que pretendem mudar de funções e para as quais detêm o perfil profissional adequado, numa ótica de desenvolvimento pessoal e profissional, conjugada com a satisfação de necessidades dos serviços, constituindo também um instrumento que permite a afetação e reafetação de recursos do mapa de pessoal em razão da necessidade de prossecução dos objetivos das unidades orgânicas e equipas de projeto conformadas pela estrutura orgânica municipal, cuja competência é do presidente da câmara municipal, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, 23 outubro. A dimensão do Município de Guimarães, quer pelo número de trabalhadores, quer pela diversidade de funções, justifica a necessidade de estabelecer regras de utilização do mecanismo da mobilidade, pelo se propõe a elaboração de um regulamento interno, que visa regulamentar os procedimentos a observar para acesso a novas funções ou atividades, por via da mobilidade interna, introduzindo rigor e transparência aos processos e cumprindo os princípios da igualdade de oportunidades, do reconhecimento do mérito e da transparência administrativa e imparcialidade. Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com a al. k) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2015, de 12 de setembro, o órgão competente para decidir desencadear o procedimento é a Câmara Municipal. Assim, proponho que a Câmara Municipal aprove: a) A abertura do procedimento tendente à elaboração do regulamento de mobilidade interna de recursos humanos da Câmara Municipal de Guimarães; b) Que, sem prejuízo da audição e participação das associações sindicais representadas na autarquia, a publicitação da iniciativa procedimental seja efetuada no sítio institucional do

Município, devendo os interessados constituir-se como tal, no procedimento, no prazo de 10 dias úteis contados da data daquela publicitação, com vista a apresentar os seus contributos para a elaboração dos mencionados Regulamentos; c) Que a apresentação dos contributos para a elaboração do regulamento deve ser formalizada por escrito em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS: FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES – TRIÉNIO 2018/2020 - CONCURSO PÚBLICO N.º 15/17

– Presente a seguinte informação: “Submete-se, para aprovação superior, a abertura do procedimento identificado em epígrafe, bem como o ofício convite, o caderno de encargos e respetivos anexos, nos seguintes termos: **1. Objeto:** Aquisição de serviços: Fornecimento de refeições em refeitórios escolares – Triénio 2018/2020; **2. Período de vigência:** 3 anos; **3. Preço base:** €7.342.160,28 + IVA (13%); **4. Classificação económica:** 020105; **5. Plano:** 2.1.2.56 A; **6. Procedimento:** Propõe-se a adoção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos; **7. Entidade adjudicante:** Município de Guimarães; **8. Órgão com competência para a decisão de contratar:** Câmara Municipal; **9. Júri: Efetivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro; **Vogais:** - Elsa Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Jurídica; - Clara Maria Soares, Técnica Superior; **Suplentes: Presidente** - Elsa Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Jurídica; **Vogais:** - Helena Pinto, Chefe da Divisão de Educação; - Sónia Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação



Pública e Gestão de Financiamentos; - Marisa Neto, Chefe da Divisão de Contabilidade e Tesouraria; - Laura Mina Amaro Paço Quesado, Técnica Superior; - Carla Castro, Técnica Superior; - Susana Pereira, Técnica Superior. **10. Repartição de encargos -**
- Ano 2018: €2.447.386,76 + IVA; **- Ano 2019:** €2.447.386,76 + IVA; **- Ano 2020:** €2.447.386,76 + IVA. Por deliberação da Câmara de 30/03/2017 e da Assembleia Municipal de 18/04/2017, foi aprovada a repartição de encargos, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e artigo 23.º do Regulamento de Execução Orçamental 2017. Propõe-se que os esclarecimentos sejam delegados no Júri do concurso. À consideração superior.” O caderno de encargos e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO - AQUISIÇÃO DA CASA DO COSTEADO E OUTROS IMÓVEIS - ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO – ESCOLA HOTEL DO IPCA – 40/05/2016 –

Presente a seguinte informação: “No âmbito do esforço concertado entre a Câmara Municipal de Guimarães, o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), a Secretaria de Estado do Turismo e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior foi aprovado um projeto que visa dotar o concelho de Guimarães de uma **ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO – ESCOLA HOTEL DO IPCA** vocacionada para a formação académica de nível superior nas áreas de hotelaria e cozinha. Trata-se pois de um conceito inovador e diferenciado de ensino e prestação de serviços, que permite garantir a formação prática dos alunos, em contexto real de trabalho, numa perspetiva que associa a vertente comercial em equilíbrio com a componente pedagógica e a

prestação de serviços. O ESCOLA – HOTEL responderá à necessidade de uma resposta qualificada e inovadora de formação para as áreas da restauração e hotelaria de toda a região, disponibilizando o IPCA, na sua oferta educativa, ações de formação contínua, no âmbito dos laboratórios de alimentação e restauração. Pela sua localização privilegiada, pela sua construção de relevante valor patrimonial, pela sua generosa área e na ausência de outros imóveis que oferecessem as mesmas características, a “Casa do Costeado” e prédios envolventes, revelam-se o local ideal para implantação do ESCOLA – HOTEL, podendo ainda a sua requalificação e reutilização contribuir para a materialização dos objetivos municipais a nível ambiental, atividade económica, inovação e investigação associados ao setor primário. Assim, e na sequência de reuniões havidas com os representantes dos vários titulares dos imóveis, foi possível chegar a consenso quanto ao valor de aquisição da Casa do Costeado, assim como do terreno rústico que lhe é adjacente e das 9 habitações confrontantes com a Rua do Moinho Velho, freguesia de Creixomil, por um valor total de **€1.100.000,00** (um milhão e cem mil euros), valor este que é inferior ao determinado em relatório elaborado por perito da lista oficial. Os prédios a adquirir encontram-se inscritos e descritos na freguesia de Creixomil conforme tabela que se apresenta: -----

Identificação do imóvel	Artigo Matricial	Descrição Predial	Área
Casa do Costeado e terreno adjacente	U- 536º R – 145º	1445/19991214	25.024 m²
	U – 193º	1446/19991214	95 m²



9 habitações sitas na Rua do Moinho Velho, Creixomil	U – 194º	1447/19991214	95 m²
	U – 195º	1448/19991214	95 m²
	U – 196º	1449/19991214	127 m²
	U – 197º	1450/19991214	80 m²
	U – 198º	1451/19991214	107 m²
	U – 199º	1452/19991214	145 m²
	U – 200º	1453/19991214	151,50 m²
	U – 201º	1454/19991214	89,50 m²

Nestes termos, propõe-se que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibere aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal a aquisição dos prédios acima identificados, pelo valor total de **€1.100.000,00** (um milhão e cem mil euros), para construção da **ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO – ESCOLA HOTEL DO IPCA**, em conformidade com a minuta em anexo (**doc.1**), e ao abrigo da competência prevista na alínea i) do artigo 25º do mesmo diploma legal. A presente despesa está cabimentada sob o n.º 4614/2017, estando a respetiva aquisição sujeita à fiscalização prévia do Tribunal de Contas. À consideração superior.” A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

PATRIMÓNIO - HASTA PÚBLICA Nº 2/2017 – VENDA DE TERRENO SITUADO NO PARQUE INDUSTRIAL DE PONTE – 1ª FASE – Presente a seguinte informação: “Em sessão de 18 de abril de 2017 a Assembleia Municipal deliberou sancionar a

proposta da Câmara Municipal aprovada em sua reunião realizada em 30 de março de 2017, referente à desafetação do domínio público para o domínio privado do Município, de duas parcelas de terreno, com as áreas de 772,00m² e de 852,00m², situadas no Parque Industrial de Ponte – 1ª Fase. Os referidos terrenos encontram-se já registados a favor do Município, estando assim reunidas as condições para se proceder à sua alienação. Conforme proposta aprovada pela Câmara, a parcela de terreno com a área de 852,00m², será alienada mediante hasta pública, pelo valor base de €34.284,48. Submete-se à consideração superior o regulamento da hasta pública, em anexo, devendo em caso de aceitação superior, o assunto ser remetido à Câmara Municipal para aprovação.” O Regulamento da Hasta Pública dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PATRIMÓNIO - TERRENO DOADO À JUNTA DE FREGUESIA DE CALDELAS – AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO –

Presente a seguinte informação: “No âmbito do Alvará de Loteamento 67/02 foi cedido ao domínio privado do Município uma parcela de terreno com a área de 3.340 m², destinada a equipamento, sita no Lugar de Souto ou Sepa, da freguesia de Cadelas. Posteriormente, e conforme deliberação do órgão executivo de 8 de maio de 2008, foi aquela parcela de terreno doado à Junta de Freguesia de Cadelas para ampliação do cemitério daquela freguesia. Entretanto, e nos termos das informações que nos foram prestadas em tempo pela Junta de Freguesia, em parte daquele terreno, cedido para alargamento do cemitério, foi implantado um parque infantil, de forma a solucionar as reclamações apresentadas pelos vários habitantes localizados muito próximo do cemitério. Nos termos da informação urbanística, as funções



pretendidas – cemitério e parque – são passíveis de enquadramento e viabilização. Conforme o projeto da obra apresentado pela Junta de Freguesia, o terreno ocupado com o parque infantil tem a área de 769 m² e o remanescente, com a área de 2.571 m², mantém a função de ampliação do cemitério. Todavia, à data verificou-se que o parque infantil, implantado em parte do terreno cedido para ampliação do cemitério, não cumpria as normas de segurança, pelo que houve a necessidade da entidade responsável pelo parque proceder às necessárias alterações e retificações. Contudo, após as correções efetuadas, e conforme informação prestada pelo Departamento de Cultura, Turismo e Juventude, verifica-se agora que o referido parque infantil já cumpre os requisitos de segurança previstos na lei. Estando aquela questão ultrapassada e de modo a regularizar a afetação do terreno doado à Junta de Freguesia de Caldelas, uma vez que estamos perante um desvio de fim relativamente ao destino para o qual o terreno foi doado (ampliação de cemitério) à Junta de Freguesia de Caldelas, deverá submeter-se à aprovação do órgão executivo a alteração da deliberação tomada em 8 de maio de 2008, no que diz respeito ao destino a atribuir ao terreno doado à Junta de Freguesia de Caldelas, por escritura de 21 de agosto de 2008, com a área total de 3.340 m², destinando-se a área de 2.571 m² para ampliação do cemitério e a área de 769 m² para implantação de um parque infantil, não podendo ser dado outro fim distinto à totalidade da parcela de terreno sob pena de reversão a favor do Município de Guimarães. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

RECURSOS HUMANOS - RECRUTAMENTO DE TÉCNICOS PARA AS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR –

Presente a seguinte proposta: “O Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28

de julho, confere aos municípios atribuições e competências em matéria de educação, nomeadamente quanto às atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico (AEC). O contrato de execução n.º 204/2009, celebrado entre o Ministério da Educação e o Município de Guimarães em 16 de setembro de 2008, definiu as condições de transferência dessas atribuições, determinando-se, na cláusula 3.ª, que o município assume a competência de implementação das atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, sem prejuízo da responsabilidade do Ministério da Educação quanto à tutela pedagógica, orientações programáticas e definição do perfil de formação e habilitação dos respetivos técnicos. De acordo com a Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, consideram-se AEC no 1.º ciclo de ensino básico as atividades de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação (artigo 7.º). De acordo com o disposto na al. b) do n.º 2 do artigo 16.º da mesma Portaria, nas situações em que não seja possível promover as AEC com os recursos do agrupamento, as entidades promotoras – neste caso, o município – procedem ao recrutamento e contratação dos respetivos profissionais. Consultadas as direções dos agrupamentos de escolas do concelho, verifica-se que, sendo ainda prematuro indicar com precisão o número exato de técnicos cujo recrutamento pelo município virá a ser necessário, não lhes será possível apresentar recursos docentes próprios para assegurar todas as AEC. Por outro lado, tem sido levado a cabo pela autarquia, desde o ano letivo 2014/2015, um programa específico na área das artes performativas (Dança e Teatro) que



tem como missão o desenvolvimento de competências para a aprendizagem de um modo geral e para a literacia artística em particular, cuja continuidade se pretende assegurar. De modo a garantir que os técnicos responsáveis são contratados atempadamente, prontos a iniciar funções com o início do ano escolar, é essencial tomar desde já as medidas necessárias ao desencadear do processo de recrutamento. O recrutamento de técnicos para as Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo de Ensino Básico é imprescindível para assegurar o cumprimento de obrigações de serviço público consagradas no referido Decreto-Lei n.º 144/2008, bem como no Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, que aprovou os princípios orientadores da organização e gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, e na Portaria n.º 644-A/2015. Para assegurar essas necessidades, o Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 169/2015, de 24 de agosto, prevê a celebração pelos municípios de contratos de trabalho a termo resolutivo, que caducam necessariamente no termo do ano escolar a que respeitam. No mapa de pessoal de 2017 estão previstos 150 postos de trabalho para as funções descritas, estando a correspondente verba devidamente cabimentada pelo cabimento n.º 484/2017. Submete-se, assim, a aprovação da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto nos artigos 30.º e 57.º, n.º 1, al. f) da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e com os artigos 3.º e 6.º do referido Decreto-Lei n.º 212/2009, a autorização para recrutamento, na modalidade de contrato a termo resolutivo, de **até 150 técnicos para assegurarem as atividades de enriquecimento curricular do 1.º ciclo do ensino básico no**

ano letivo de 2017/2018, para as áreas de **Atividade Física e Desportiva, Artes Performativas (Teatro e Dança), Terapia da Fala, Terapia Ocupacional e Psicomotricidade**, de acordo com as necessidades identificadas pelos agrupamentos de escolas.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. -----

RECURSOS HUMANOS - RECRUTAMENTO DE ASSISTENTES OPERACIONAIS PARA OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS –

Presente a seguinte proposta: “No âmbito do procedimento concursal aberto por aviso publicado em Diário da República em 24 de abril de 2015, destinado ao recrutamento de assistentes operacionais para o exercício de funções nos estabelecimentos de educação e ensino cuja gestão compete ao município, foram já recrutados, até à data, um total de 150 trabalhadores. Tendo a lista unitária resultante daquele procedimento concursal sido homologada em 08/08/2016, dela resultando um número de candidatos aprovados superior aos postos de trabalho colocados a concurso, foi constituída reserva de recrutamento interna, com validade de 18 meses contados daquela data, conforme disposto no artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro. Na determinação das necessidades de operacionais para as funções referidas, como garantia do funcionamento regular dos estabelecimentos e do desenvolvimento de atividades complementares da ação educativa, são atendidos não só os critérios, legalmente definidos, de apuramento da dotação máxima de referência do pessoal não docente, mas também as competências municipais no âmbito das atividades de animação e



de apoio à família, que determinam a necessidade de assegurar a abertura dos estabelecimentos e o acompanhamento das crianças entre as 7h30' e as 19h00. Por outro lado, regista-se um aumento do número de alunos com necessidades educativas especiais, que exigem um acompanhamento mais próximo e por isso o reforço do número de trabalhadores afetos. Por último, as recentes orientações do Ministério da Educação e Ciência no sentido do aumento, em contexto escolar, do tempo necessário para que as crianças brinquem livremente, exigem também maior acompanhamento de assistentes operacionais. Nestes termos, e encontrando-se previstos no mapa de pessoal aprovado para o corrente ano os correspondentes postos de trabalho, propõe-se que, ao abrigo do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, **a Câmara Municipal autorize o recrutamento**, no regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de **mais 15 assistentes operacionais**, com o âmbito e para as funções referidas, recorrendo à reserva constituída no âmbito do procedimento concursal acima mencionado. A despesa encontra-se cabimentada através do cabimento n.º 4659/2017 e os postos de trabalho estão previstos no Mapa de Pessoal aprovado para o corrente ano." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

RECURSOS HUMANOS – SUBSISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS UNIDADES ORGÂNICAS (SIADAP 1) – 2016 – Presente a seguinte proposta: "Nos termos da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, aplicada à Administração Local por força do Decreto-Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, nos Municípios são sujeitas a avaliação de desempenho as unidades orgânicas que dependem diretamente dos membros do

órgão executivo. Cada membro do órgão executivo avalia as unidades orgânicas que superintende, expressando-se a avaliação nas seguintes menções: Desempenho bom: se atingiu todos os objetivos, superando alguns; Desempenho satisfatório: se atingiu todos os objetivos ou os mais relevantes; Desempenho insuficiente: se não atingiu os objetivos mais relevantes. De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Regulamentar n.º 18/2009, compete à Câmara Municipal ratificar a avaliação das unidades orgânicas atribuídas pelo membro do órgão executivo de que dependam. Nestes termos, propõe-se que sejam ratificadas as avaliações de desempenho atribuídas pelos membros do órgão executivo: **Departamento de Administração Geral**: Desempenho bom; **Departamento de Obras Municipais**: Desempenho bom; **Departamento Urbanístico e de Promoção do Desenvolvimento**: Desempenho bom; **Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente**: Desempenho bom; **Departamento de Polícia Municipal**: Desempenho bom; **Divisão de Educação**: Desempenho bom; **Divisão de Ação Social**: Desempenho bom; **Departamento de Cultura, Turismo e Juventude**: Desempenho bom; **Divisão de Arquivo**: Desempenho bom; **Departamento Financeiro**: Desempenho bom; **Divisão de Recursos Humanos**: Desempenho bom; **Divisão de Bibliotecas**: Desempenho bom.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----
TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA VIELA ENTRE RUA DR. JOAQUIM DE MEIRA E LARGO MARTINS SARMENTO
– Presente a seguinte informação: “A viela, sem nome, que estabelece a ligação entre a Rua Dr. Joaquim de Meira e Largo Martins Sarmento caracteriza-se por uma utilização essencialmente pedonal, sem prejuízo de acessos pontuais de veículos às



habitações confinantes. Apesar da sinalização instalada, que proíbe o estacionamento na mesma, verifica-se a sua utilização recorrente e abusiva por veículos para aquele fim, bem como de outros acessos para fins menos adequados. Atento o contexto descrito, e por forma a dotar o Município de um conhecimento mais adequado da realidade local, designadamente de outras condicionantes a considerar, foram auscultados os moradores e ou proprietários dos prédios confinantes com a referida viela, tendo por objetivo o seu encerramento físico ao trânsito, a partir da Rua Dr. Joaquim de Meira, concedendo acesso exclusivamente aos moradores. Face ao exposto, e considerando a resposta unânime recebida, será de submeter à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na Vuela entre Rua Dr. Joaquim de Meira e Largo Martins Sarmento, da União das Freguesias de Oliveira, São Paio e São Sebastião, conforme postura em anexo.” A referida postura dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR**

SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----
TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE CALDELAS – RUA DO TOJAL – Presente a seguinte informação:

“Pela presente se submete à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Caldelas, conforme postura em anexo, aprovada pela Junta e Assembleia de Freguesia. Apesar da proposta remetida pela Junta de Freguesia e Assembleia de freguesia visar as Ruas do Tojal e da Quintã de Cima, apenas será dado provimento à primeira, atenta a necessidade de esclarecimento adicional quanto à postura preconizada para a segunda. A alteração de trânsito na Rua do Tojal decorre de requalificação urbanística realizada, cuja largura da faixa de rodagem apenas comporta um único sentido de trânsito.” A

referida postura, bem como as atas da Junta e Assembleia de Caldelas dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

AMBIENTE - OBSERVATÓRIO DAS AVES EM GUIMARÃES - PROJETO BIRDWATCHING NO CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CENTRO ESCUTISTA DA PENHA – Presente a

seguinte proposta: "O Movimento Escutista é um movimento de educação para jovens voluntários, apolítico e aberto a todos sem distinção de género, origem, raça ou credo. O Escutismo oferece aos jovens a oportunidade de se desenvolverem emocional, intelectual, física e espiritualmente como indivíduos, como cidadãos globais responsáveis, membros das suas comunidades locais, nacionais e internacionais. A organização do Escutismo a nível mundial é governada pela Organização Mundial do Movimento Escutista (OMME - WOSM - World Organization of the Scout Movement). A OMME é uma organização independente, apolítica, não governamental constituída por 164 Organizações Escutistas Nacionais (OEN - NSOs - National Scout Organizations). Estas organizações nacionais estão presentes em 224 países e territórios em todo o mundo. Com mais de 40 milhões de membros distribuídos por mais de um milhão de grupos de escuteiros locais, a OMME é um dos maiores movimentos de juventude do mundo. Cerca de sete milhões de membros da OMME são adultos voluntários que apoiam a criação e desenvolvimento das atividades locais. Através de uma liderança "peer-to-peer", apoiada por adultos, cada grupo de escuteiros adota o mesmo conjunto de valores, os valores ilustrados na Promessa e Lei Escutista. Todos os mais de um milhão de grupos



de escuteiros seguem um sistema semelhante de educação não formal devidamente adaptado às características únicas da comunidade local em que está inserido. O Corpo Nacional de Escutas (CNE) é a maior Organização de Juventude de Portugal. O CNE – Escutismo Católico Português é uma Instituição reconhecida de Utilidade Pública pelo Governo, conforme publicação no Diário de República nº 177, II série, de 3 de agosto de 1983. O CNE é uma associação de juventude sem fins lucrativos, não-política e não-governamental, destinada à formação integral de jovens, com base no método criado por Baden Powell e no voluntariado dos seus membros. O CNE está implementado em cerca de 1.100 agrupamentos locais em todos os concelhos do território continental e regiões autónomas dos Açores e da Madeira, dispondo de uma rede de animação e coordenação territorial apoiada em meia centena de estruturas de núcleo e regionais, tendo como executivo nacional a Junta Central, que assegura a gestão e a implementação das políticas gerais e sectoriais do CNE. Neste mesmo sentido o Corpo Nacional de Escutas – Junta de Núcleo de Guimarães tem estado empenhado na requalificação do seu Centro Escutista na Montanha da Penha, tendo-o reabilitado como um novo Centro de Educação Ambiental para Guimarães e sendo reconhecido pela Junta Nacional como equipamento certificado e classificado com a pontuação máxima, como equipamento sustentável. Ao apostar no desenvolvimento sustentável do território, Guimarães pretende assumir um papel de relevo na afirmação da proteção e preservação da natureza como pilares essenciais da sua estratégia política, sendo capaz de, ao seu património cultural, agregar valências que o tornem mais valorizado, muitas vezes através da promoção da natureza e dos valores ambientais. Foi, aliás, também dentro deste espírito que o

CNE em parceria com o Laboratório da Paisagem, enquanto instituições de educação ambiental, investigação e desenvolvimento, trabalham diferentes projetos com a Câmara Municipal de Guimarães, na criação de uma rota de Biodiversidade, aproveitando o património natural existente ou recriando o outrora existente. A promoção e preservação da natureza não é hoje apenas uma “obrigação” decorrente dos objetivos consagrados na Agenda 2030 e que coloca como prioritários “os eixos da proteção ambiental, através do uso de energias renováveis, ação climática, proteção da vida marinha e terrestre, produção e consumos sustentáveis ou desenvolvimento de comunidades sustentáveis (Centro Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental, 2016)” mas igualmente um objetivo concreto de Guimarães na construção de um território mais sustentável e virado para os seus cidadãos. Anteriormente, também a Agenda 2020, tinha estabelecido metas ambiciosas para redução de 20% de emissões de gases, incremento do uso de energias renováveis em 20%, ou mesmo redução de 20% do consumo energético, metas consubstanciadas nos programas Europa 2020 e Portugal 2020. Um objetivo aliás plasmado nos objetivos do milénio descritos no documento estratégico da Nações Unidas no qual é estabelecida na 7ª meta, a necessidade de “garantir a sustentabilidade ambiental”. Suportado por estes objetivos, a promoção e preservação da biodiversidade devem ser um eixo fundamental nas decisões políticas tomadas, quer através de ações que contribuam de forma direta para a sua preservação, quer através de iniciativas que visem a sua valorização através da promoção do Turismo de Natureza. Reconhecendo-se aliás Portugal, como um país com características particulares para o Turismo de Natureza por via da sua “elevada diversidade de



habitats naturais, com condições que permitem a realização de programas de observação de aves em habitats distintos e com um grande número de espécies” e tendo Portugal “21% do seu território formado por Áreas Classificadas com fortes valores naturais e de biodiversidade a nível da fauna, flora e da qualidade paisagística e ambiental”, entende-se pois como determinante a aposta e a promoção nos recursos naturais que temos ao nosso dispor, funcionando estes como um atrativo especial para os milhares de turistas que visitam o nosso território. Sabe-se igualmente que a localização geográfica Portugal no contexto europeu, bem como o seu clima ameno permite a realização de um conjunto vasto de atividades no exterior, fazendo deste um país apetecível para o Turismo de Natureza. De acordo com os dados fornecidos pelo Registo Nacional de Agentes de Animação Turística, no início de 2015, encontravam-se registados cerca de quinhentos Agentes com reconhecimento para a prática de Atividades de Turismo de Natureza. Para além disso, o reconhecimento de Empreendimentos Turísticos e de Agentes de Animação Turística, como Turismo de Natureza, funciona hoje como um “selo” de boas práticas ambientais e código de conduta, permitindo-lhes a utilização de um logótipo indicativo. Segundo dados do Turismo de Portugal em 2015, estavam reconhecidos oito empreendimentos turísticos em locais de grande valor natural e paisagístico. A prática de “Birdwatching” é hoje uma das atividades de exterior mais procuradas pelos apaixonados pelo Turismo de Natureza e, Portugal, por via do seu clima, um dos destinos europeus mais importantes para a observação de aves. Perante todo este cenário, Guimarães não pode, na persecução do seu desígnio de construção de um território mais sustentável, deixar de apostar no Turismo de Natureza capaz de valorizar o seu

já vasto património natural. De entre os vastos espaços verdes de relevo que Guimarães possui, a Montanha da Penha é reconhecidamente um dos exemplos fulcrais de um importante património cultural, religioso e natural com elevado valor associado ao nível da biodiversidade e turismo. Deste modo, e na execução do seu projeto de dinamização e promoção da Biodiversidade de Guimarães, objetivando a catalogação de toda a biodiversidade do concelho, estão em execução diversas ações que visam educar e sensibilizar a comunidade para a importância da proteção da biodiversidade e promover o Turismo de Natureza. Suportado pelo enquadramento atrás descrito e tendo sido a Câmara Municipal de Guimarães procurada pelo Núcleo de Guimarães do Centro Nacional de Escutas no sentido de auxiliar na dinamização do seu centro interpretativo, foi o Laboratório da Paisagem realizar uma visita de campo ao Centro Escutista de Guimarães, onde documentou a existência de um espaço que poderá ser potenciado, dando corpo ao objetivo de contribuir para a promoção da biodiversidade através da criação de um centro de Observação Ornitológica de Guimarães com uma localização privilegiada. Este Centro surgiria, pois enquadrado, nos desígnios de Guimarães na promoção do seu património natural e que de modo integrado com outros projetos já em curso, decorrentes da estratégia de desenvolvimento sustentável “Guimarães mais Verde” contribuirão para a preservação e promoção da floresta de Guimarães. Após uma primeira análise por parte da equipa de investigação do Laboratório da Paisagem, foram igualmente contactados ornitólogos especialistas da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro que atestaram das virtudes do local identificado para a instalação de um observatório com todas as valências que possam fazer do mesmo um espaço de reconhecida



importância para a área e também igualmente relevante para o desenvolvimento de projetos de investigação e desenvolvimento. No Centro Escutista de Guimarães na Montanha da Penha permitirá reunir as condições necessárias para a criação de um centro de observação de excelência. A aquisição de algum equipamento de observação e a criação de condições para colocação de caixas-ninho observáveis em tempo real, dotará este centro de um espaço importante para o desenvolvimento de projetos científicos em parcerias com instituições universitárias parceiras. O local permite ainda a criação de um charco capaz de potenciar a observação de aves, em colaboração com a organização "Charcos com Vida", e que permitirá igualmente o desenvolvimento de atividades de exploração científica e pedagógica e de observação da biodiversidade, contribuindo também para a sensibilização sobre a importância destes habitats e da sua conservação. São objetivos: **1.** Realização do projeto de Arquitetura para o Observatório das Aves; **2.** Execução do projeto baseado em estruturas ecológicas e de sustentabilidade ambiental; **3.** Criação de um Charco; **4.** Colocação de Painéis Informativos sobre a Biodiversidade local; **5.** Aquisição de equipamentos de observação; O Município de Guimarães, juntamente com Centro Escutista de Guimarães, em parceria com o Laboratório da Paisagem, mostra-se empenhado em contribuir para a criação de condições para a promoção do Turismo de Natureza, contribuindo também para os desígnios de Guimarães para o desenvolvimento sustentável do território, ciente de que esta será igualmente uma aposta importante para a Candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia. Este conjunto de ações está em linha com os objetivos estratégicos definidos para a proteção da floresta definidas pela Nova Estratégia Europeia para

a Floresta e que consagra como determinante uma “gestão florestal sustentável, o “fornecimento equilibrado de bens e serviços diversificados e a garantia da proteção das florestas”, “o crescimento e a criação de emprego” e a “responsabilidade global pelas florestas, promoção da produção e consumo sustentáveis de produtos florestais”. Reconhece-se igualmente a necessidade de se ter em conta as vantagens económicas e sociais decorrentes do contributo da natureza, um dos focos essenciais das políticas europeias estabelecidas e que, cada vez mais, enaltecem a importância de projetos multidisciplinares e abrangentes que consagrem a promoção e preservação das florestas e incentivem, consequentemente, à criação de emprego e promoção do turismo. Desta forma, propõe-se ao executivo camarário a atribuição de um apoio extraordinário no valor de €80.000,00 ao Corpo Nacional de Escutas – Junta de Núcleo de Guimarães, para o desenvolvimento e implementação do Observatório das Aves, no Centro Escutista da Penha.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 13 DE FEVEREIRO DE 2015 COM JOSÉ MARIA FERREIRA, S.A. –

Presente a seguinte informação: “A empresa José Maria Ferreira, S.A., representada por José Manuel Ferreira, na qualidade de administrador, vem, no âmbito da candidatura aprovada por deliberação de Câmara 21/01/2016 e subsequente aprovação do Projeto Económico de Interesse Municipal, cujo contrato foi celebrado em 29/01/2016, requerer a prorrogação do prazo para implementação do projeto de 1 para 1 ano e 6 meses. Nos termos do art.º 14.º do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal (RPEIM), é possível a renegociação dos contratos de



concessão de benefícios tributários municipais. Ao abrigo do art.º 7º do RPEIM, os serviços municipais procederam à avaliação do pedido, considerando os novos pressupostos apresentados e concluíram que se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **66%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. O RPEIM prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, em conformidade com o disposto no nº 5, do art.º 10º do RPEIM, que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a renegociação do contrato PEIM apresentado pela empresa **José Maria Ferreira, S.A.**, nos termos da informação dos serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico, em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta da adenda ao contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo (**doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS - APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR – Presente a seguinte informação: “O Regulamento de Projetos de Interesse Municipal que define os critérios a adotar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal no que concerne à classificação de Projetos de Interesse

Municipal para o concelho de Guimarães - "PEIM" - com o objetivo de conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), e da alínea d), do artigo 15.º e n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com as alíneas g) do n.º 1, e k), do n.º 2, do artigo 25.º e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Guimarães, por deliberação de 30/12/2013, sob proposta da Câmara de 12/12/2013. Nos termos do art.º 5.º deste Regulamento, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **J.O.M. INDÚSTRIA, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma enquadra-se nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **71%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficia ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo



relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação da candidatura a PEIM apresentada pela empresa **J.O.M. INDÚSTRIA, LDA** nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.** Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS - APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR – Presente a seguinte informação: “O Regulamento de Projetos de Interesse Municipal que define os critérios a adotar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal para o concelho de Guimarães - “PEIM” - com o objetivo de conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), e da alínea d), do artigo 15.º e n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com as alíneas g) do n.º 1, e k), do n.º 2, do artigo 25.º e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12

de setembro, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Guimarães, por deliberação de 30/12/2013, sob proposta da Câmara de 12/12/2013. Nos termos do art.º 5.º deste Regulamento, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **SECILOR – SERRALHARIA CIVIL DE LORDELO, UNIP., LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma enquadra-se nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **51%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficia ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios



tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação da candidatura a PEIM apresentada pela empresa **SECILOR – SERRALHARIA CIVIL DE LORDELO, UNIP., LDA** nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.**” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS - APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR

– Presente a seguinte informação: “O Regulamento de Projetos de Interesse Municipal que define os critérios a adotar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal para o concelho de Guimarães - “PEIM” - com o objetivo de conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), e da alínea d), do artigo 15.º e n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com as alíneas g) do n.º 1, e k), do n.º 2, do artigo 25.º e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Guimarães, por deliberação de 30/12/2013, sob proposta da Câmara de 12/12/2013. Nos termos do art.º 5.º deste Regulamento, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário

de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **EDRIT – INDÚSTRIA DE ETIQUETAS, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma enquadra-se nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **41%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficia ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação da candidatura a PEIM apresentada pela empresa **EDRIT – INDÚSTRIA DE ETIQUETAS, LDA** nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários



municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.**” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO - PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CEB – ANO LETIVO 2017/2018 – Presente a seguinte proposta:

“Como é do conhecimento superior, desde a criação do Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo do ensino básico que o Município de Guimarães tem vindo, em articulação com os Agrupamentos de Escolas, a promover o desenvolvimento das atividades nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, assumindo, com a celebração do Contrato de Execução com o Ministério da Educação, competências e atribuições na implementação daquele Programa, nomeadamente ao nível do recrutamento de docentes e técnicos. Conforme o estipulado no artigo 15º, da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, cabe à Câmara Municipal, enquanto entidade promotora, estabelecer um protocolo de colaboração com cada um dos agrupamentos de escolas, onde identifique: as atividades de enriquecimento curricular a promover; a duração semanal; o local ou locais de funcionamento de cada atividade; as responsabilidades e competências de cada uma das partes; o número de alunos em cada atividade; os recursos humanos necessários ao funcionamento das atividades. Neste sentido, e considerando: que o período que habitualmente é concedido para a preparação do processo de candidatura aos apoios financeiros concedidos pelo

Ministério da Educação é muito reduzido; as alterações legislativas ao Programa têm vindo a ocorrer nos últimos anos muito tardiamente; propomos, a fim de ser preparado o processo de candidatura, nos termos do artigo 21.º , da Portaria acima mencionada, a celebração de Acordos de Colaboração com os Agrupamentos de Escolas, conforme minuta em anexo.” A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.**

Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. -----

AÇÃO SOCIAL – FUNDO DE MANEIO 2017 - CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO PARA A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – Presente a seguinte informação: “A

entrada em vigor da Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, introduziu alterações à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. Um dos aspetos das novas disposições legais é o apoio ao funcionamento das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) que, na atualidade, compreende as vertentes logística, financeira (que consiste na disponibilização de um fundo de maneo e de verba para contratação de seguro) e administrativa (cfr. artigo 14.º da LPCJP). Até à data de entrada em vigor da referida Lei n.º 142/2015, o financiamento do fundo de maneo das CPCJ era assegurado pelo Sistema de Solidariedade e de Segurança Social. O preceito agora constante na alínea a), do n.º 3, do referido art.º 14.º na versão atual da Lei, implica uma alteração quanto ao financiamento e procedimentos de disponibilização do fundo maneo que, de acordo com o n.º 1



daquele art.º 14.º deve ser assegurado pelos municípios. De acordo com a alínea a), do n.º 3, daquele art.º 14.º, o fundo de maneo destina-se a suportar despesas ocasionais e de pequeno montante resultantes da ação das CPCJ para apoio às crianças e jovens, suas famílias ou pessoas que têm a sua guarda de facto, empre que não seja possível assegurá-las através dos recursos formais das entidades que compõem a própria comissão ou de outras entidades. Estão excluídas aquelas despesas naturalmente decorrentes da ação social, para as quais existem mecanismos e entidades devidamente estabelecidos. A título exemplificativo, as situações enquadráveis no conceito de fundo de maneo respeitam a despesas de transporte (deslocações das crianças e jovens e suas famílias, quando se dirigem ou sejam presentes à CPCJ, caso se comprove a impossibilidade de serem estas a assumirem os encargos inerentes) ou despesas com refeições (para crianças e jovens e suas famílias, quando se dirigem ou sejam presentes à CPCJ, igualmente perante confirmada impossibilidade de assunção dos respetivos encargos). A Comissão Nacional, por deliberação do seu Conselho Nacional, fixou os critérios previstos no ponto 6 do referido art.º 14.º, tendo em consideração a população residente com idade inferior a 18 anos, o volume processual da comissão no ano anterior e a garantia da adequada estabilidade da intervenção protetiva, situando-se o Município de Guimarães no 5º escalão, a que corresponde o montante de €153,15, conforme Normas Reguladoras que se anexam à presente informação (**Doc. 1**). O montante máximo do fundo de maneo não pode ultrapassar o valor da comparticipação mensal, o que significa que o fundo de maneo deverá ser reconstituído mensalmente, pelo Município. A Comissão Nacional recomenda, assim, que os municípios disponibilizem um fundo de maneo no montante mínimo de

comparticipação fixado para cada CPCJ da respetiva área geográfica, procedendo à reposição mensal do mesmo. A sua gestão é da competência do Presidente da CPCJ e a utilização desta verba está sujeita a decisão conjunta do Presidente da CPCJ e do representante do Município nesta Comissão, salvo se este for o Presidente, caso em que a decisão conjunta será do Secretário e do representante do Município na CPCJ. A reconstituição de fundo de maneo implica a justificação da despesa e a apresentação de comprovativos das despesas efetuadas (faturas ou documentos equivalentes). As despesas devem reportar-se sempre ao mês anterior à reconstituição, que é efetuada mensalmente, não devendo ultrapassar o montante mensal de fundo de maneo e não podendo acumular com os montantes de meses seguintes. Assim, nos termos das normas referidas e tendo em atenção o Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro (Considerações Técnicas 2.9.10.1.11) e o nº 4 do art.º 12º do Regulamento Interno da Contabilidade e, ainda, do art.º 2º do Regulamento de Controlo Interno dos Fundos de Maneio, submete-se à consideração superior a constituição de um fundo de maneo para acorrer, com oportunidade, às referidas despesas, durante o ano de 2017, nos seguintes termos: **Titular:** Marta Sofia Gomes Fernandes Pinto, Presidente da CPCJ de Guimarães – €153,15 (cento e cinquenta e três euros e quinze cêntimos) para despesas ocasionais e de pequeno montante resultantes da ação da CPCJ – rubrica 2.3.2.07. **Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de Juliana Isabel Marques Ferreira Machado (ao abrigo do protocolo celebrado a 11 de julho de 2016, entre a Comissão Nacional e o Município de Guimarães, que afeta um técnico para apoio a esta CPCJ, na modalidade restrita, nos termos do previsto no artigo 20º - A da Lei nº



147/99, de 1 de setembro - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo). Este fundo de manuseio será reconstituído mensalmente, contra entrega dos documentos comprovativos da despesa, e a sua reposição será feita até 31 de dezembro do respetivo exercício económico." As Normas Reguladoras dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - SUBSÍDIO PARA COMPARTICIPAÇÃO EM OBRAS DE ADAPTAÇÃO - APOIOS À HABITAÇÃO AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO ARTIGO 2º DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – Presente a seguinte informação:

"Foi entregue na Divisão de Ação Social uma candidatura para participação em obras de adaptação de uma habitação de um cidadão com mobilidade reduzida. Após análise desta candidatura, e consequente estudo socioeconómico efetuado pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida os dados da caracterização socioeconómica, bem como o valor da participação a atribuir para as obras requeridas: -----

Processo	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. (€) P/Capita	Nº Elem. Agregado	Situação p/ emprego	Comparticipação	Valor a Apoiar (€)
142860824 /17	Briteiros Stª Leocádia	70	F	141,90	2	Pensionista	100%	10.000,00

Tendo sido comprovada a precariedade económica do agregado familiar, bem como as restantes condições previstas no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, que se enquadra no consignado no artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, submete-se à consideração superior, a atribuição de um subsídio, no valor de €10.000,00 (dez mil euros) ao abrigo da alínea d) do art.º 2.º do referido Regulamento." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - ATIVIDADE DE APOIO AO ENVELHECIMENTO ATIVO – Presente a seguinte proposta:

“Considerando: Que o envelhecimento da população e a diminuição das redes de solidariedade familiar são realidades que reclamam que as entidades locais encontrem mecanismos que promovam o acesso a recursos, bens e serviços por parte dessa população; Que a Câmara Municipal de Guimarães, no âmbito das suas competências na área da ação social e como membro que preside ao Conselho Local de Ação Social de Guimarães, consciente desta realidade, criou diversos programas de intervenção direcionados para aquela população, alguns em parceria com outras entidades de cariz social, como o “Guimarães 65+”, “Então Vamos”, “Bem Viver”, “Encontro de Saberes”, “Intervenção Local – Promoção da Qualidade de Vida”, “Candoso Ativo”, “Gerações em Movimento” e “Raízes”; Que tais programas, criados no âmbito da Rede Social, se sustentam a partir dos princípios de integração, articulação, participação, inovação e subsidiariedade, favorecendo o desenvolvimento de ações colaborativas e articuladas; O quadro dos objetivos estratégicos explanados no Plano de Desenvolvimento Social para o Crescimento Inclusivo do Concelho de Guimarães 2015-2020, que realça a importância de promover o acesso da população mais vulnerável a um conjunto de serviços e atividades de caráter cultural e recreativo, tendo em vista o combate ao isolamento dos idosos, a promoção do seu bem-estar e a solidariedade ativa da sua rede social; Considerando, finalmente, o entusiasmo que o Vitória Sport Clube suscita, particularmente nesta camada da população, e a possibilidade de, com esta ação, proporcionarmos a cerca de mil idosos a participação numa manifestação coletiva que congrega Vimaraneses de todas as gerações e uma experiência



que certamente acalantarão na sua memória; Propõe-se que a Câmara Municipal adquira até 1000 bilhetes para acesso ao jogo da Supertaça 2017, que o Vitória Sport Clube vai disputar no próximo dia 5 de agosto com o Sport Lisboa e Benfica, destinados a serem oferecidos a idosos participantes em qualquer dos programas de intervenção atrás mencionados. A entrega dos bilhetes será também articulada com as instituições sociais do Concelho que dispõem de centros de dia. Mais se propõe que a Câmara Municipal assegure o respetivo transporte em autocarro, prevendo-se até 22 autocarros. À consideração do Senhor Presidente.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo Araújo e José Torcato Ribeiro. -----

CULTURA - UTILIZAÇÃO DO PEQUENO AUDITÓRIO DO CCVF PELO SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta:

“Vem o Sindicato dos Professores da Zona Norte, solicitar apoio do Município que lhe possibilite fazer face aos encargos de utilização do Pequeno Auditório do Centro Cultural Vila Flor para lá realizar as duas jornadas sindicais em conjunto com a FENPROF, aprazadas para os dias 5 e 6 de setembro de 2017. Em razão do interesse de que se reveste a iniciativa, que reforça a vocação de Guimarães como destino de eventos profissionais, proponho a atribuição, ao Sindicato dos Professores da Zona Norte, de um subsídio de €1.968,00, valor com IVA incluído à taxa legal, destinado a suportar o pagamento da taxa de utilização do Pequeno Auditório Centro Cultural Vila Flor, para o fim mencionado, nos termos do art.º 69º da Tabela de Taxas e Outras

Receitas Municipais em vigor.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - CASA DO POVO DE FERMENTÕES - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ÀS ATIVIDADES DO MUSEU DE AGRICULTURA

– Presente a seguinte proposta: “A Casa do Povo de Fermentões mantém há diversos anos em funcionamento o seu Museu de Agricultura, promovendo diversas iniciativas regulares de animação do Museu que, pelo interesse público de que se revestem, enquanto instrumentos de divulgação e vivificação das tradições agrícolas regionais, merecem ser apoiadas. Em face das dificuldades manifestadas pela Casa do Povo em continuar a custear isoladamente a sua realização, e em razão do citado interesse público, proponho, a atribuição, à Casa do Povo de Fermentões, de um subsídio de €3.000,00, destinado a comparticipar nos custos de realização das atividades citadas.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - FESTIVAL INTERNACIONAL DE GUITARRA 2017 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO

– Presente a seguinte proposta: “O IV Festival Internacional de Guitarra de Guimarães é um evento cultural e formativo promovido pela Sociedade Musical de Guimarães (SMG) que decorrerá de 22 a 30 de Dezembro 2017 em vários locais emblemáticos da cidade. O Festival tem como principal objetivo reforçar a vertente da guitarra clássica no panorama musical, quer no contexto pedagógico e formativo, quer no do espetáculo, particularmente na cidade e na região de Guimarães. Concertos, Masterclasses, Workshops, Concurso Internacional de Guitarra "Cidade de Guimarães" e um Ciclo de Conferências compõem o programa anunciado para esta 4ª edição de um festival que alcançou significativo sucesso desde a sua primeira edição e que se reveste de inquestionável interesse



público. Nessa medida, propõe-se a atribuição, à Sociedade Musical de Guimarães, de um subsídio de €8.500,00, destinado a comparticipar nos custos de realização da quarta edição do Festival internacional de Guitarra de Guimarães, a decorrer de 22 a 30 de dezembro de 2017.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - ORFEÃO CCD COELIMA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “No quadro das suas atividades surgiu a oportunidade de o Órfeão do CCD Coelima estabelecer um intercâmbio com a Associação do Coro e Orquestra da Ilha de São Jorge - José Damião de Almeida, prevendo visitas recíprocas e a atuação dos grupos referidos em Guimarães e na Ilha de São Jorge. Atendendo ao interesse em apoiar estas iniciativas, pelo enriquecimento artístico em que se traduzem e pela divulgação de Guimarães, proponho a atribuição, ao Órfeão do CCD Coelima, de um subsídio de €1.500,00 destinado a comparticipar nas despesas de deslocação, alojamento e alimentação por ocasião da visita e atuação do grupo açoriano a Guimarães, de 27 a 31 de outubro de 2017.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - PLANO ROMÂNICO ATLÂNTICO 2015-2018 – APROVAÇÃO DE PROTOCOLO – Presente a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 22 de setembro de 2010, o Ministério da Cultura de Portugal, a Região Autónoma de Castilla y León e a Fundación Iberdrola España assinaram um protocolo para promover uma ação de intervenção conjunta sobre bens do património cultural denominada Plano Românico Atlântico a desenvolver na Região Norte de Portugal e na Comunidade Autónoma de Castilla y León, cuja continuidade foi alargada para o período 2015-2018 no âmbito do protocolo assinado pelas partes

de 21 de maio de 2015. - Que a segunda cláusula do citado protocolo estabelece que o desenvolvimento e implementação do Plano Românico Atlântico consistem no estudo, pesquisa, conservação e restauro das igrejas românicas, incluindo o espaço exterior envolvente e os bens móveis do património integrado, localizadas na região norte de Portugal (NUT II), a área de atuação da Direção Regional de Cultura do Norte, com a extensão determinada pelos acordos específicos, entre a Direção da Cultura do Norte e Fundación Iberdrola España, em articulação com as várias atividades, programas e projetos previstos e com a inclusão de outras entidades, públicas ou privadas, ou indivíduos, nos termos e condições a estabelecer. Na mesma cláusula, as partes declaram a sua intenção de se materializar a sua cooperação por meio de contribuições anuais de acordo com respetivas disponibilidades orçamentais. - Que no Município de Guimarães se localiza um amplo e variado património cultural, para o qual importa assegurar a proteção e conservação, bem como a divulgação de seus valores, sendo tais requisitos a base para o estabelecimento de parcerias com diversas entidades. E, para este considerando em concreto, que neste município, na freguesia de Serzedelo, se localiza a Igreja de Santa Cristina de Serzedelo; que esta integra um dos núcleos românico baixo-medievais do Entre-Douro-e-Minho e que é: imóvel classificado como MN - Monumento Nacional, pelo Decreto n.º 14 425 (D.G., I Série, n.º 228, de 15-10-1927); propriedade do Estado Português nos termos do Decreto com força de lei, de 21 abril de 1911 (D.G., n.º 92, de 20-04-1911), conjugado com o artigo 41º do Decreto-Lei n.º 30615 (D.G., n.º 171, I Série - 1º Suplemento, de 1940-07-25); bem integrado no domínio público do Estado conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 477/80 (D.R. n.º 239/1980, Série I de 1980-10-



15); prédio urbano inscrito, desde 1951, na matriz predial de Serzedelo, Guimarães (ant. n.º U-1) e registado com o n.º 6 no livro dos bens próprios (mod. 26); edifício entregue em uso e administração à corporação encarregue pelo culto católico, ao abrigo do disposto no art. 10º do Decreto n.º 11.887, de 6 de julho de 1926 (D.G., n.º 152, Série I de 1926-07-15). Que conformato o estabelecido naquele Protocolo, o Ministério de Cultura do Governo da República Portuguesa, através da Direção Regional de Cultura do Norte, e a Fundación Iberdrola España acordaram incluir, na lista de atividades a realizar durante 2017 e no âmbito do Plano Atlântico Românico 2015-2018 na região Norte de Portugal, a intervenção na Igreja românica de Serzedelo, em colaboração com o Município de Guimarães. Para tal, e para implementar as intenções manifestadas pelas partes no Protocolo assinado em 21 de Maio de 2015, referente ao desenvolvimento e implementação do Plano Românico Atlântico 2015-2018 na região Norte de Portugal, as partes signatárias propõem-se formalizar no âmbito do protocolo referido, o Protocolo específico de colaboração cuja minuta se anexa para aprovação pela Câmara Municipal de Guimarães, nos termos das alíneas o) e r) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.” A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO - APOIO EXTRAORDINÁRIO AO CLUBE CAÇADORES DAS TAIPAS – Presente a seguinte proposta: “O

Clube Caçadores das Taipas foi contemplado na passada semana com uma verba de 26.000 euros, atribuída pela Direção Regional do Norte da Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto, no âmbito de uma candidatura feita ao PRID – Programa de Reabilitação de Infraestruturas Desportivas para requalificar os

seus balneários. Esta obra, que prevê a impermeabilização dos focos de infiltrações existentes e a duplicação do número de vestiários disponíveis, indispensável para fazer face ao aumento do nº de praticantes e às exigências das competições desportivas em que estão envolvidas todas as suas equipas de formação, está orçada em cerca de 230.000 euros, sendo imperiosa a sua execução breve, não dispondo o clube, porém, dos recursos financeiros suficientes para ao efeito. Nesse sentido, solicita um apoio municipal para a concretização dessa obra, que será fundamental para robustecer o seu projeto desportivo na área da formação, aumentando o número de atletas nos escalões de base, e criando as condições necessárias para que esse trabalho formativo seja sustentável no futuro. Assim sendo, propõe-se a atribuição ao Clube Caçadores das Taipas, nos termos previstos no nº6, do art.º 2º, do RAAADG – Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas de Guimarães, de um subsídio extraordinário no valor de €100.000,00.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO – CASA DO POVO DE RONFE - GUIMARÃES

CHESS OPEN DE XADREZ – Presente a seguinte proposta: “A Casa do Povo de Ronfe, em colaboração com o Clube de Xadrez da Escola João de Meira, o Clube de Xadrez da Escola D. Afonso Henriques e a Seção de Xadrez do Grupo Desportivos Os Amigos de Urgezes irão organizar o Guimarães Chess Open, prova de xadrez a ser realizada de 1 a 7 de setembro na nossa cidade. Esta primeira edição tem por objetivo promover o xadrez nas suas variadas vertentes, junto das camadas mais jovens, tendo como primordial objetivo a promoção da modalidade na procura de novos talentos. O xadrez é uma modalidade que é praticada por vários clubes na nossa cidade, e tem grande passado histórico ao



nível associativo, pelo que este tipo de eventos acaba por dar um novo impulso à modalidade trazendo novos praticantes. Para este efeito, proponho a atribuição dos trofeus e as medalhas que terão um custo aproximado de 350,00 euros, bem como, alojamento para os técnicos em quatro quartos duplos de 1 a 7 de setembro.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO EXCECIONAL INDIVIDUAL - ILDA PEREIRA - ASSOCIAÇÃO

AMAR BTT TORCATENSE – Presente a seguinte proposta: “Nos termos previstos no capítulo III (Apoio ao desenvolvimento desportivo excecional individual) do Regulamento de atribuição de apoios às Associações Desportivas de Guimarães, a Câmara Municipal de Guimarães pode, a qualquer momento, e a título excecional, apoiar atletas vimaranenses que obtenham resultados desportivos individuais de excelência em modalidades olímpicas, complementando recursos que o clube que representa não consegue mobilizar. Por candidatura efetuada pela Associação Amar BTT Torcatense, cujo processo pormenorizado se anexa, e que foi validado pelo Gabinete de Apoio ao Desporto do Município, justifica-se a atribuição deste apoio extraordinário à atleta Ilda Carina Pinheiro da Silva Pereira, que na época desportiva em curso, para além de outros resultados desportivos relevantes, foi apurada para o **Campeonato do Mundo de XCM** (tendo sido classificada na 40ª posição), estando já a preparar a sua qualificação para os Mundiais de Maratonas, que se vão realizar no próximo ano, na Itália. Face ao exposto, e nos termos previstos no artigo 17º do RAAADG, propõe-se a atribuição de um subsídio mensal de €500,00 à Associação Amar BTT Torcatense, pelo período de um ano, a contar da data da sua aprovação, sendo pago através de uma dotação mensal correspondente ao valor

atribuído, mediante compromisso escrito que o mesmo será exclusivamente utilizado para a concretização do plano de trabalhos da atleta Ilda Pereira, obrigando-se o clube a prestar todo o apoio logístico, material e financeiro à atleta, assim como a garantir a sua participação nas competições desportivas identificadas no plano apresentado.” O processo de candidatura dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

DESPORTO - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO EXCECIONAL INDIVIDUAL - FLÁVIA RIBEIRO - AJKP – ASSOCIAÇÃO JUVENIL KARATÉ PORTUGAL – Presente a seguinte proposta: “Nos termos previstos no capítulo III (Apoio ao desenvolvimento desportivo excecional individual) do Regulamento de atribuição de apoios às Associações Desportivas de Guimarães, a Câmara Municipal de Guimarães pode, a qualquer momento, e a título excecional, apoiar atletas vimaranenses que obtenham resultados desportivos individuais de excelência em modalidades olímpicas, complementando recursos que o clube que representa não consegue mobilizar. Por candidatura efetuada pela AJKP – Associação Juvenil Karaté Portugal, cujo processo pormenorizado se anexa, e que foi validado pelo Gabinete de Apoio ao Desporto do Município, justifica-se a atribuição deste apoio extraordinário à atleta Flávia da Silva Ribeiro, que na época desportiva em curso, para além de outros resultados desportivos relevantes, foi **Campeã Nacional Sénior de Karaté -68Kg e Vice-Campeã da Europa em Kumite feminino Sub21 – 68Kg**, que decorreu em Sofia, na Bulgária, sendo atualmente **atleta da seleção nacional** de Karaté. Face ao exposto, e nos termos previstos no artigo 17º do RAAAD, proponho a atribuição de um subsídio mensal de €750,00 à Associação Juvenil Karaté Portugal, pelo período de um



ano, a contar da data da sua aprovação, sendo pago através de uma dotação mensal correspondente ao valor atribuído, mediante compromisso escrito que o mesmo será exclusivamente utilizado para a concretização do plano de trabalhos da atleta Flávia Ribeiro, obrigando-se o clube a prestar todo o apoio logístico, material e financeiro à atleta, assim como a garantir a sua participação nas competições desportivas identificadas no plano apresentado.” O processo de candidatura dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO - APOIO EXTRAORDINÁRIO À CASA DO POVO DE FERMENTÕES

– Presente a seguinte proposta: “A Casa do Povo de Fermentões, para além da sua conhecida atividade na área cultural e social, desenvolve um trabalho meritório na área do desporto, principalmente ao nível do andebol e do voleibol, com um papel de grande importância na integração dos jovens mais desfavorecidos daquela comunidade, muitos deles sem agregado familiar capacitado para ajudar o clube. O trabalho desenvolvido na área da formação desportiva e os custos conexos ao longo dos últimos anos, provocou uma situação de manifesta fragilidade económica para fazer aos compromissos do clube com as entidades federativas, o que pode colocar em causa o trabalho desportivo e social que desenvolvem com tão bons resultados. Nesse sentido, solicitam o indispensável apoio municipal para a concretização dos objetivos desportivos da próxima época, pelo que se propõe a atribuição à Casa do Povo de Fermentões, nos termos previstos do nº 6, do art. 2º, no RAAADG – Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas de Guimarães, de um subsídio extraordinário no valor de €30.000,00.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**RELATÓRIO E CONTAS – MANUAL DE CONSOLIDAÇÃO DE
CONTAS RESPEITANTE AO EXERCÍCIO DE 2017** - Presente,
para aprovação, o Manual de Consolidação de Contas do Município
de Guimarães, respeitante ao exercício de 2017, que se dá aqui
por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.
DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----
A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE,
APROVAR A ATA EM MINUTA. -----
PELAS ONZE HORAS E CINCO MINUTOS O VICE-
PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A
REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A
PRESENTE ATA. -----